

A Voz do Interior

Luiz Zaffalon

Prefeito de Gravataí

Justiça tributária para uma nova Gravataí

Planta Genérica de Valores (PGV), utilizada como referência para o cálculo do IPTU, não é atualizada desde 1997

Gravataí mudou profundamente nas últimas três décadas. Cresceu, atraiu investimentos, ampliou sua atividade econômica e viu bairros inteiros se transformarem. Mas uma parte importante da administração municipal permaneceu presa ao passado: a Planta Genérica de Valores (PGV), utilizada como referência para o cálculo do IPTU, ainda tem como base uma realidade estabelecida em 1997.

Essa defasagem produz desigualdades concretas entre os contribuintes. Atualmente, imóveis de valores semelhantes, inclusive localizados na mesma rua, podem apresentar diferenças de até 73% na tributação. São distorções acumuladas que já não se justificam.

A atualização da Planta busca corrigir esse desequilíbrio, aproximando a tributação do valor dos imóveis. Não é razoável que imóveis altamente valorizados continuem sendo tributados por parâmetros de quase 30 anos atrás, enquanto outros contribuintes acabam suportando uma carga proporcionalmente maior.

A proposta encaminhada pelo Executivo combina a revisão dos valores de referência com uma redução média de 54% nas alíquotas do IPTU. Em 17 das 19 faixas, essa redução será de pelo menos 50%. A implementação será gradual, entre 2027 e 2030, garantindo previsibilidade e tempo para adaptação.

É importante compreender que a valorização imobiliária não ocorreu de maneira uniforme. Por isso, os efeitos da atualização também serão diferentes. Enquanto alguns imóveis poderão ter aumento no imposto, outros poderão registrar redução. O objetivo é corrigir desequilíbrios históricos, e não aplicar reajustes indiscriminados.

Essa discussão acontece em um momento especialmente desafiador para Gravataí. Como município de forte presença industrial, estamos atentos às transformações do setor produtivo, às oscilações da atividade econômica e aos reflexos dessas mudanças sobre a arrecadação. Ao mesmo tempo, a população exige, legitimamente, serviços públicos cada vez mais eficientes.

Enfrentar esse cenário requer uma combinação de medidas. Estamos trabalhando na revisão de contratos, no controle das despesas e na modernização dos processos administrativos. Mas uma gestão responsável também precisa manter seus instrumentos de arrecadação atualizados, com critérios transparentes e maior equilíbrio entre os contribuintes. Trata-se de decidir como Gravataí pretende organizar suas finanças e distribuir as responsabilidades pelo financiamento dos serviços públicos nos próximos anos.

Cabe ao Executivo apresentar soluções e ao Legislativo examiná-las com rigor, considerando seus impactos e o interesse coletivo. A preocupação das famílias com o orçamento doméstico é legítima e precisa ser respeitada. Justamente por isso, propomos uma transição gradual e uma redução expressiva das alíquotas.

Uma cidade que se modernizou tanto não pode continuar administrando sua realidade tributária com referências de 1997. Atualizar esses parâmetros é parte do compromisso de construir uma Gravataí mais justa, equilibrada e preparada para o futuro.

